

Acessibilidade para pessoas com deficiência: faces e interfaces do cuidado em saúde

Suenny Alves dos Santos

Graduada em Enfermagem. Especialização em Urgência e Emergência (FAVENI)
Especialização em Auditoria e Gestão em Saúde (FAVENI)

✉ suennyalves2511@gmail.com

Renata Ferreira de Araújo

Graduada em Enfermagem. Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

✉ renataafaraujo@gmail.com

Sérgio Ferreira Tannús

Graduado em Enfermagem. Mestre em Saúde Ambiental e Saúde do trabalhador PPGAT
pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia

✉ sergiodez@hotmail.com

Uberlândia Islândia Barbosa Dantas de Meneses

Graduada em Enfermagem. Doutoranda em Enfermagem pelo Programa Associado de Pós-graduação em Enfermagem UPE/UEPB. Mestre em Cuidado em Enfermagem e Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFPB (2014), especialista em Saúde Coletiva com concentração em Gestão Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (2010)

✉ uberlandia.dantas@hotmail.com

Deborá Cristina Santos

Graduada em Direito. Especialista em Docência nos Ensinos Médio, Técnico e Superior. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia- PPGAT/UFU

✉ deboracsantos.adv@gmail.com

Maria Cristina de Moura-Ferreira

Graduada em Enfermagem e Obstetrícia. Doutorado em enfermagem; Mestrado em enfermagem; Especialização em Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde; Especialização em Sexualidade Humana Contexto da Assistência à Saúde; Especialização em Enfermagem do Trabalho; Especialização em Administração Hospitalar e Habilitação em Licenciatura em Enfermagem. Docente Associado IV do Curso de Graduação em Enfermagem Bacharelado/ Licenciatura da Universidade Federal de Uberlândia - UFU

✉ mcmferreira@yahoo.com.br

Resumo:

As Unidades Básicas de Saúde carecem de uma infraestrutura para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência, uma vez que frequentemente apresentam inadequações na via pública e falta de acesso à entrada das instalações. Edifícios desprovidos de acessibilidade criam obstáculos significativos para a saúde das pessoas com deficiência, proporcionando um afastamento entre o indivíduo que necessita de cuidados e a unidade de saúde. Dessa forma, muitos desafios são

Acessibilidade para pessoas com deficiência: faces e interfaces do cuidado em saúde

enfrentados por este público, e por isso, tem-se por objetivo: Conhecer e caracterizar as faces e interfaces da acessibilidade para pessoas com deficiência. Diante do conhecimento explorado, sabe-se que a Política Nacional da Pessoa com Deficiência, é um amparado de conhecimento técnico e científico para aqueles que a utilizam, incluindo os profissionais de saúde, familiares, e as pessoas com deficiência. Sabendo que o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) é a principal porta de entrada para estes pacientes, este artigo possui grande importância, visto que permite a reflexão sobre o tema em questão e gera novas possibilidades de discussão. Incluir pessoas com deficiência no processo de tomada de decisões sobre seus próprios cuidados é crucial. Isso significa respeitar sua autonomia, ouvir suas necessidades e garantir que tenham informações compreensíveis para tomar decisões informadas sobre sua saúde.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência, Saúde, Acessibilidade, Cuidado.

Accessibility for people with disabilities: faces and interfaces of health care

Abstract:

Basic Health Units lack infrastructure to guarantee accessibility for people with disabilities, as they often present inadequacies on public roads and lack of access to the entrance to the facilities. Buildings lacking accessibility create significant obstacles to the health of people with disabilities, providing distance between the individual in need of care and the health unit. Therefore, many challenges are faced by this public, and therefore, the objective is to: Know and characterize the faces and interfaces of accessibility for people with disabilities. Given the knowledge explored, it is known that the National Policy for People with Disabilities is a source of technical and scientific knowledge for those who use it, including health professionals, family members, and people with disabilities. Knowing that access to the Unified Health System (SUS) is the main gateway for these patients, this article is of great importance, as it allows reflection on the topic in question and generates new possibilities for discussion. Including people with disabilities in the decision-making process about their own care is crucial. This means respecting their autonomy, listening to their needs, and ensuring they have understandable information to make informed decisions about their health.

Keywords: Person with disability, Health, Accessibility, Care.

Accesibilidad para personas con discapacidad: rostros e interfaces de la atención en salud

Resumen:

Las Unidades Básicas de Salud carecen de infraestructura para garantizar la accesibilidad a las personas con discapacidad, ya que muchas veces presentan insuficiencias en la vía pública y falta de acceso al ingreso a las instalaciones. Los edificios que carecen de accesibilidad crean obstáculos importantes para la salud de las personas con discapacidad, generando distancia entre la persona que necesita atención y la unidad de salud. Por tanto, son muchos los retos que enfrenta este público, y por ello, el objetivo es: Conocer y caracterizar las caras e interfaces de la accesibilidad para las personas con discapacidad. Dado el conocimiento explorado, se sabe que la Política Nacional para Personas con Discapacidad es una fuente de conocimiento técnico y científico para quienes la utilizan, incluidos profesionales de la salud, familiares y personas con discapacidad. Sabiendo que el acceso al Sistema Único de Salud (SUS) es la principal puerta de entrada para estos pacientes, este artículo es de gran importancia, ya que permite reflexionar sobre el tema en cuestión y genera nuevas posibilidades de discusión. Incluir a las personas con discapacidad en el proceso de toma de decisiones sobre su propia atención es crucial. Esto significa respetar su autonomía, escuchar sus necesidades y garantizar que tengan información comprensible para tomar decisiones informadas sobre su salud.

Palabras clave: Persona con discapacidad, Salud, Accesibilidad, Cuidados.

INTRODUÇÃO

Ao analisar o contexto brasileiro, onde diversas leis foram promulgadas para garantir os direitos das pessoas com deficiência, é notável que, mesmo após décadas de esforços legais nesse sentido, as normas continuam a ser desrespeitadas. Sendo assim, há uma necessidade urgente de fazer com que a sociedade cumpra as leis, uma vez que foram criadas para atender às necessidades das pessoas com deficiência que vive em processo de exclusão na sociedade (SILVA, 2022).

Os indivíduos com limitações motoras frequentemente enfrentam a discriminação enraizada na cultura da sociedade, o que acaba criando obstáculos e dificultando seu acesso aos serviços fundamentais. Isso, por sua vez, traz o progresso e a inclusão dessas pessoas na comunidade (SILVA, 2022).

As Unidades Básicas de Saúde carecem de uma infraestrutura para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência, uma vez que frequentemente apresentam inadequações na via pública e falta de acesso à entrada das instalações. Edifícios desprovidos de acessibilidade criam obstáculos significativos para a saúde das pessoas com deficiência, proporcionando um afastamento entre o indivíduo que necessita de cuidados e a unidade de saúde (ARAÚJO, 2022).

Neste contexto exposto, é essencial qualificar os profissionais por meio da implementação de programas de educação continuada, evoluindo à compreensão das limitações e particularidades relacionadas às deficiências. Pois, permite o desenvolvimento de práticas de acolhimento e atendimento específicas para essa população, garantindo o respeito aos direitos dos usuários como cidadãos (CARVALHO, 2020).

Sendo assim, faz necessário implementar uma abordagem focada na resolução das barreiras relacionadas ao acesso aos serviços de saúde. E assim, diante desta iniciativa deve ser liderada por gestores e profissionais de saúde, os quais devem ser esforçados para aprimorar sua compreensão e empatia em relação a esse segmento da população (CARVALHO, 2020). Este artigo tem-se por objetivo: Conhecer e caracterizar as faces e interfaces da acessibilidade para pessoas com deficiência.

DESENVOLVIMENTO

Na atualidade, os direitos das pessoas com deficiência estão sendo amplamente discutidos e estudados (AMORIM; LIBERALI, 2018). A Constituição de 1988 coloca no seu artigo 3º como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação (BARBOSA; KREUTZ, 2023).

Em 06 de julho de 2015, foi sancionada a Lei nº13.146, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, definindo a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Essas pessoas podem ter necessidades de saúde específicas devido às suas deficiências e condições de saúde associadas (CASTRO *et al.*, 2011). Entretanto, entre a necessidade de serviços e sua satisfação há a questão da acessibilidade aos serviços, que se não for adequadamente trabalhada pode fazer com que a pessoa com deficiência enfrente obstáculos que inviabilizem o seu acesso aos serviços de saúde (CLEMENTE *et al.*, 2022).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (2019) conceitua o termo acessibilidade no artigo 3º, inciso I, como:

“Possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”.(p.9)

Ao considerar os desafios postos à efetivação do direito à saúde das pessoas com deficiência, sob o ângulo coletivo, consubstanciado nos princípios de dignidade da pessoa humana e equidade social, salientamos a premente necessidade de colocarmos em prática o que preceitua o corpus de lei sob o qual as pessoas com deficiência são amparadas, a partir de sólidas e resolutivas políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida dessa população, reparando uma desigualdade de oportunidades por muito tempo negligenciada pelo estado democrático de direito (MANDALOZZO; WOLOCHN, 2015).

O paciente com qualquer tipo de deficiência deve ter seus direitos respeitados, não somente em leis mais também em adaptações físicas nos locais frequentados por eles. Os estabelecimentos devem fornecer rampas, transporte públicos adaptados, avisos sonoros e luminosos, profissionais qualificados e treinados para atender a este público em específico, garantindo a integralidade ao acesso independente da necessidade exigida (AGARWAL, 2019).

CONCLUSÃO

Diante do conhecimento explorado, sabe-se que a Política Nacional da Pessoa com Deficiência, é um amparado de conhecimento técnico e científico para aqueles que a utilizam, incluindo os profissionais de saúde, familiares, e as pessoas com deficiência. Sabendo que o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) é a principal porta de entrada para esses pacientes, este artigo possui grande importância, visto que permite a reflexão sobre o tema em questão e gera novas possibilidades de discussão.

É interessante que haja o fortalecimento das políticas públicas já existentes, através de pesquisas como esta, que disseminam o conhecimento, a inclusão e a acessibilidade de quem apresenta algum tipo de deficiência. A assistência em saúde para o público denominado Pessoa Com Deficiência (PCD) é frágil e fragmentada dentro SUS, e para isso, inúmeros fatores contribuem de forma negativa, como os fatores econômicos, a gestão, os recursos humanos e também materiais para proporcionar uma assistência de qualidade e com equidade para os mesmos.

Dessa forma, é possível concluir que houveram mudanças, mas que ainda é preciso novos estudos, pesquisas para auxiliar na construção de políticas, estratégias, tecnologias, práticas e do cuidado ofertado aos PCD's no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, Y. Accessibility information in New Delhi for "EasenAccess" Android-based app for persons with disability: an observational study. *Disabil Rehabil Assist Technol*. 2019 Oct;14(7):645-662. Disponível em: [DOI: 10.1080/17483107.2018.1471743](https://doi.org/10.1080/17483107.2018.1471743). Acesso 20 de janeiro de 2024

Acessibilidade para pessoas com deficiência: faces e interfaces do cuidado em saúde

AMORIM, E. G; LIBERALI, R; NETA, O. M. M. Avanços e desafios na atenção à saúde de pessoas com deficiência na atenção primária no Brasil: uma revisão integrativa. **Holos**, v. 1, p. 224-236, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5775> Acesso 21 de janeiro de 2024

ARAÚJO, Yasminn Furtado de Lacerda *et al.* Acessibilidade da pessoa com deficiência física às unidades básicas de saúde. **Cogitare Enfermagem**, v. 27, 2022. Disponível em: [DOI: https://doi.org/10.5380/ce.v27i0.75651](https://doi.org/10.5380/ce.v27i0.75651) Acesso 20 de janeiro de 2024

BARBOSA, A. J. S; KREUTZ, F. F. Reflexões sobre os direitos das pessoas com deficiência com enfoque no acesso ao mercado de trabalho. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 1, n. 32, p. 37-55, 2023. Disponível em: <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/520> Acesso 20 de janeiro de 2024

BRASIL. Lei N° 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso 20 de janeiro de 2024

CARVALHO, Maria Eduarda Lima *et al.* A acessibilidade nos serviços de saúde sob a perspectiva da pessoa com deficiência, Recife-PE. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 1, p. e1767-e1767, 2020. Disponível em: [DOI: https://doi.org/10.25248/reas.e1767.2020](https://doi.org/10.25248/reas.e1767.2020) Acesso 21 de janeiro de 2024

CASTRO, S. S; LEFÈVRE, F; LEFÈVRE, A. M. C; CESAR, C. L.G. Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência. **Rev Saúde Pública**. v. 45, p. 99-105, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/ImzdmXDzwZ48DJGB8xnrvCN/> Acesso 21 de janeiro de 2024

CLEMENTE, K.A.P; SILVA, S. V; VIEIRA, G. I; BORTOLI, M.C; TOMA, T. S; RAMOS, V. D, *et al.* Barreiras ao acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde: uma revisão de escopo. **Rev Saúde Pública**. São Paulo. v. 56, p. 56-64, 2022. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rsp/2022.v56/64/pt/> Acesso 21 de janeiro de 2024

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, **Coordenação de Edições Técnicas**, 2019. 50 p. Conteúdo: Lei no 13.146/2015. ISBN: 978-85-7018-978-3. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574288/Estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_4ed.pdf Acesso 21 de janeiro de 2024

SILVA, Graciele *et al.* Acessibilidade das pessoas com deficiência motora: revisão de literatura. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, v. 6, n. 3, p. 9-26, 2022. Disponível em: [DOI: https://doi.org/10.30749/2594-8261.v6n3p9-26](https://doi.org/10.30749/2594-8261.v6n3p9-26) Acesso 21 de janeiro de 2024

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Os autores contribuíram nas etapas de construção, leitura, análise do texto, sem isenção. Cada autor contribuiu com a média de uma página sobre o tema, que fomos estruturando até chegar na média de páginas recomendada para um ensaio, justificando a quantidade de autores, conforme informado anteriormente.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).